



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPUTADO FEDERAL PEDRO AIHARA**

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2023**  
(Do Sr. PEDRO AIHARA)

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, com vistas a ampliar as hipóteses de busca pessoal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, com vistas a ampliar as hipóteses de busca pessoal.

Art. 2º O § 2º do art. 240 e o art. 244 do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 240.....

§ 1º .....

§ 2º Proceder-se-á à busca pessoal:

I - **quando necessária para a proteção imediata da vida, integridade física ou segurança de quem a realiza ou de terceiros;**

II - **quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo objetos mencionados nas letras b a f e letra h do parágrafo anterior.**

(NR)

Art. 244. A busca pessoal independe de mandado:

I - no caso de prisão;





**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPUTADO FEDERAL PEDRO AIHARA**

II - quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma, objetos ou papéis que constituam corpo de delito;

III - **quando necessária para a proteção imediata da vida, integridade física ou segurança de quem a realiza ou de terceiros.** (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A presente iniciativa possibilita a realização de busca pessoal, independente de mandado, quando esta se mostrar necessária para a proteção imediata da vida, integridade física ou segurança da pessoa que a realiza ou de terceiros. Esta medida é fundamental para assegurar que a ação policial possa ser realizada de forma célere em situações de perigo iminente, sem a necessidade de aguardar a obtenção de um mandado, o que poderia resultar em atrasos críticos.

A busca pessoal é um instrumento de extrema importância no âmbito do direito penal e processual, que além de ser utilizado para a apreensão de objetos relacionados a atividades criminosas, a fim de assegurar a elucidação de crimes e a manutenção da ordem pública, também pode ser utilizado para tutelar a vida, bem jurídico mais importante do ordenamento jurídico, a integridade física e a segurança das pessoas.

É essencial ressaltar que a hipótese de busca pessoal prevista neste projeto de lei não consiste em uma carta branca para a atuação indiscriminada das autoridades. A medida é de caráter excepcional e deve ser interpretada e aplicada restritivamente, sendo direcionada especificamente a situações de emergência em que a demora na intervenção poderia resultar em danos irreparáveis.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL PEDRO AIHARA**

Em síntese, este projeto de lei busca equilibrar a necessidade de conceder às forças de segurança pública os meios legais para proteger a vida e a integridade física das pessoas em situações emergenciais, ao mesmo tempo em que estabelece salvaguardas e limites para garantir o respeito aos direitos fundamentais, como a inviolabilidade da intimidade e a presunção de inocência. A proposta reflete um compromisso com a segurança pública, sem desconsiderar a importância da preservação dos princípios fundamentais do Estado de Direito.

A busca pessoal deve ser baseada em critérios objetivos e razoáveis, sempre visando à proteção dos cidadãos e à eficácia da investigação, mas sem violar os direitos individuais. Nesse sentido, acreditamos que a referida alteração à Lei aperfeiçoará a legislação brasileira e trará grandes benefícios à sociedade, razão pela qual conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2023.

Deputado PEDRO AIHARA

